

Governo não admite sacar das reservas

A dívida externa brasileira está em US\$ 110,3 bilhões. Uma parte dos juros relativos a este total, cerca de US\$ 3 bilhões, deveria ser paga no segundo semestre deste ano, mais especificamente em setembro. Mas o Governo já deixou claro que não usará recursos próprios para isso. Apesar de não haver dados disponíveis recentes sobre as reservas cambiais, a última informação oficial diz que o País conta com cerca de US\$ 6,5 bilhões em caixa.

Uma simples conta de subtrair evidência que o Governo tem recursos para pagar sua dívida, mas é importante frisar que conviver com reservas de US\$ 3,5 bilhões torna-se extremamente perigoso para qualquer País. Principalmente, com uma inflação de 30% ao mês. A queda das reservas pode provocar uma crise cambial e desencadear um processo de total descontrole de preços, como ocorreu na Argentina.

O Governo contava com os desembolsos do FMI, Banco Mundial e dos bancos credores para honrar seus compromissos este ano. Acontece que o acordo de reescalonamento da dívida — fechado no início do ano passado — previa um atrelamento completo dos desembolsos. Isto é, os

bancos só liberariam os empréstimos se o FMI e o Bird fizessem o mesmo. Só que para isso, seria preciso que o Governo fechasse um acordo com o Fundo, o que não ocorreu em função do tamanho do déficit público nacional.

Por esta e por outras razões, o Banco Mundial também não liberou um centavo. Conclusão, os bancos credores se viram presos à sua própria teia. Vincularam os pagamentos como forma de proteção e não receberão em dia exatamente por causa desta vinculação.

Quando o País decretou moratória em 1987, as reservas beiravam os US\$ 3 bilhões, sendo que há rumores de que estavam bem abaixo disso. Ou seja, não havia dinheiro em caixa para pagar os credores. A diferença entre estes dois momentos é de que agora o Presidente Sarney optou por negociar os atrasos, enquanto que naquela ocasião a decisão foi entendida pelos credores como sendo de confronto. Além disso, o Governo acena neste momento com a possibilidade de fazer um pagamento simbólico, cerca de 30% do total devido, enquanto em 87 a suspensão havia sido por tempo indeterminado.